

MEIO AMBIENTE: REPENSANDO UM DEBATE CONCEITUAL



MAURÍCIO WALDMAN



EDITORA KOTEV
SÉRIE MEIO AMBIENTE 12

MEIO AMBIENTE: REPENSANDO O DEBATE CONCEITUAL¹

MAURÍCIO WALDMAN²

Seguramente, nenhum momento ao longo da história propiciou, tanto quanto nos dias que seguem, a possibilidade de aprofundamento do debate sobre as conexões que soldam o afazer científico às molduras sociais em cujo seio, o conhecimento desfruta da oportunidade de medrar, evoluir e florear.

A menção a essa nuance não é fortuita. A sociedade contemporânea está postada diante de desafios inéditos, contradições a opor comunidades, povos e países, nexos que encontram uma das problematizações mais emblemáticas na questão ambiental.

Marco de um *repensar* passível de suscitar releituras dos sistemas produtivos e estilos de vida, não haveria nenhum exagero afirmar que do esforço em mapear acepções novas na relação com o meio ambiente depende inclusive a permanência humana no Planeta.

Seria pertinente pontuar, esse conciso *introito* já seria por si só suficiente para expor dilemas³ basilares da Modernidade. Manifestadamente, o impasse reporta à propensão do Ocidente em pautar um *modus vivendi* basicamente respaldado na supremacia do trabalho exaustivo, da economia, da produção, da acumulação de bens, do consumo, do racional ou mais exatamente do artificial, *frente ao natural*.

Admita-se de antemão, tendo-se tal prontuário a vista, que o epítome não poderia ser outro que não a profunda crise socioambiental que monopolizou os tempos modernos, um processo que segue recrudescendo a cada dia (WALDMAN, 2006, 2003 e 1995).

Paralelamente, este cenário é por definição fecundo em *germens* de novas proposições de ciência. Como consignado na reflexão do historiador britânico Derek de SOLLA PRICE (1976), o pensamento e o afazer científico está umbilicalmente conectado às venturas e desventuras de cada época, de cada comunidade, cultura e civilização, às idiossincrasias e aos espelhamentos civilizatórios⁴.

Daí que, *motu proprio*, é justamente essa parceria que pavimenta as potencialidades de determinado *ethos*⁵ científico perdurar ou inversamente, extinguir-se, abrindo caminho para axiomas inéditos. Aferindo com outras palavras, o que historicamente se apresenta são constructos teóricos e metodológicos estaqueados na *conceptualidade social dos*

*paradigmas*⁶, esteio alicerçador da aceitabilidade dos teoremas enquanto instrumental interpretativo válido no fruir de um determinado processo histórico, somatória da diligência de uma coleção de atores.

É o que podemos conferir nas ponderações do geógrafo brasileiro Milton SANTOS: “A noção de paradigma não pode ser derivada da história particular de uma ciência ou de uma descoberta feliz de um cientista caprichoso e genial. A noção de paradigma pertence à história e se impõe ao mesmo tempo que os movimentos históricos de fundo” (Cf. 1978: 160).

Conferindo melhor, os homens de um dado período histórico concebem uma ciência a seu gosto, para cuja continuidade colabora determinada predisposição para a resiliência. Colocados a prova por vicissitudes que eclodem no plano histórico, tais dinamismos podem alavancar a substituição dos paradigmas vigentes por outros, que em tese, estão habilitados a traduzir anseios impregnados dos desafios que buscam solucionar⁷.

Daí ser mais correto nos referirmos ao plural *ciências*, autenticando o labor de uma diversidade das ideações científicas (*passim* SOLLA PRICE, 1976). Nesse sentido, eis que os fundamentos estruturais da ciência ocidental passaram a reclamar revisão urgente, tão célere quanto a escalada de toda sorte de crispações que contemporaneamente, passaram a povoar o cotidiano dos humanos.

Em especial, essa notificação ecoa numa conjuntura na qual os pilares da tecnoesfera⁸, os centros urbanos e sobretudo a metrópole afluyente, passaram a solicitar distâncias extraordinárias para a captação dos recursos necessários à sua sobrevivência e para o descarte dos resíduos sólidos e águas residuárias.

Clara demonstração de que as *economias de aglomeração* se tornaram *deseconomias de congestão*, a grande cidade converteu-se num tecnopolo exponencializador de uma cooperação imperfeita. O meio urbano, regado por uma entropia incontrolável, perdeu em grau crescente a capacidade de satisfazer as demandas básicas dos urbanitas (Cf. LEFF, 2004: 289 *et seq*; VIOLA *et* LEIS, 1991: 33).

A tomada de consciência da crise ecológica transparece nitidamente em textos como o icônico diagnóstico *Limites do Crescimento*⁹, divulgado em 1968 pelo famoso Clube de Roma.

Inquietando a opinião pública mundial, o texto materializou pela primeira vez na história do Ocidente um discurso de caráter científico advertindo para a impossibilidade do sistema de produção de mercadorias manter taxas de crescimento à revelia da finitude e

dos mecanismos naturais de reposição dos insumos, desconsiderando o declínio da capacidade de diluição do ambiente e os impactos em longo prazo da contaminação para o equilíbrio ecológico global e a totalidade dos seres vivos.

Explicitamente, o documento pleiteava a imperiosidade de medidas estabilizantes, condição *sine qua non* para assegurar a integridade da biosfera e a habitabilidade do Planeta, tanto no presente quanto para futuro próximo ¹⁰.

Neste sentido, a lógica que reinara de modo incontestável no pensamento científico ocidental, priorizando a ciência como um conhecimento voltado para a dominação e o controle da natureza, enunciado que entendia o meio natural enquanto mero recurso à disposição do progresso infinito e do desenvolvimento, passou a ser confrontado com desafios inescapáveis.

Mutatis mutandis, a conjuntura consentiu que imperativos axiais do ideário ocidental, dentre esses a razão instrumental, primeiramente formulada pelo pensador inglês Francis Bacon, passassem a ser objeto de constatações. Tal postura se justifica pela compreensão de que o aparato conceitual que lubrificou a engrenagem de reprodução material do Ocidente perdeu credibilidade, comprometendo a própria operacionalidade do sistema (WALDMAN, 2010, ALIER, 2005, COLLINSON, 2004, ELLIOTT, 1998).

Neste panorama, note-se que a questão ambiental não poderia ser restrita unicamente ao patamar do relacionamento das comunidades humanas com o meio natural. Na verdade, não há como discutir a contento a relação com a natureza em dissociação com um conjunto de oposições binárias que na mentalidade ocidental se opõem de forma antagônica e radical, tanto em nível do imaginário quanto no da materialidade social.

Dentre outros dimorfismos podemos elencar contraposições como macho e fêmea, razão e emoção, moderno e tradicional, celestial e infernal, vida e morte, civilização e barbárie, bem e mal, humano e animal, individual e coletivo, global e regional, alto e baixo, bonito e feio, claro e escuro, afluentes e excluídos, artificial e natural, homem e mulher e assim por diante, entidades vistas como dicotômicas e irreconciliáveis (WALDMAN, 2010, 2006 e 1995).

Nessa linha de assertivas, seria inevitável frisar o quanto a esfera do feminino viu-se acometida de estigmatização através de estereótipos pejorativas legitimadoras da dominação da natureza. A sinonímia que vincula meio natural à dimensão da mulher, propiciou a constituição da noção de uma *natureza atormentada*, de um *meio natural submisso*, calcado num ideal cientificista.

Acima de qualquer outra motivação, essa foi a *raison d'être* que inspirou Francis Bacon, magistral expressão filosófica do saber instrumental, a defender o novo método de investigação em termos que seriam não só apaixonados, porém com frequência, francamente rancorosos.

Na visão do filósofo britânico, a natureza tinha que ser “acossada em seus descaminhos, obrigada a servir e escravizada. Devia ser reduzida à obediência e o objetivo do cientista é extrair da natureza, *sob tortura*, todos os seus segredos” (CAPRA, 1991: 51-52, *grifos nossos*).

Ao que tudo indica, rompantes retóricos como estes constituíam uma retrospectiva do procedimento dos inquisidores reais durante os julgamentos das bruxas, realizados extensivamente na Inglaterra no tempo de vida de Bacon, que no exercício profissional da advocacia, tinha acesso aos interrogatórios.

Decerto, sucessivas idas e vindas aos calabouços contribuíram para naturalizar nas especulações do filósofo um clima carcerário que ecoa na sua linha de investigação, matriz das metáforas persecutórias presentes na sua obra:

“De fato, sua ideia da natureza como uma mulher cujos segredos têm que ser arrancados mediante tortura, com a ajuda de instrumentos mecânicos, sugere fortemente a tortura generalizada de mulheres nos julgamentos de bruxas do começo do século XVII. A obra de Bacon representa, pois, notável exemplo da influência das atitudes patriarcais sobre o pensamento científico” (CAPRA, 1991: 52).

Conclusivamente, temos que não apenas o ambiental no seu *stricto sensu*, mas inúmeros outros epifenômenos culturalmente codificados, teriam que ser revistos e reposicionados com vistas a engendrar a reformulação das perspectivas de mundo, declinando numa *Weltanschauung*¹¹ de novo tipo, imbuída de arrazoados discrepantes da autoimagem modelar do mundo ocidental, que desde seus primórdios buscou sansão em primados eurocêntricos, produtivistas, patriarcais e antropocêntricos¹².

Assim, numa linha oposta aos predicativos desqualificantes do meio natural, um leque de atores reunindo movimentos sociais, intelectuais e acadêmicos, técnicos e especialistas, agentes políticos e econômicos, passam a postular a defesa do equilíbrio ambiental, engendrando novos signos dotados de crescente capilaridade social.

Consubstanciando-se no que hodiernamente o jargão jurídico certifica como cerne de um *direito difuso de caráter coletivo*, a defesa do meio natural passou a interagir com ampla gama de atores sociais, políticos e econômicos, sendo reconhecida como

concernente ao bem-estar das comunidades e conservação de todas as emanações vivas e não-vivas do meio ambiente.

Pari passu, o debate ambiental encorpou um *zeitgeist*¹³ grosso modo rubricado como ambientalista ou ecológico¹⁴, evidência que no tocante ao temário precípua desse texto, certamente incitaria reparos e correções. A partir desse pano de fundo, sigamos ponto a ponto os comentários relativamente a apensos metodológicos e cenários colocados para a matéria ambiental:

Em primeiro lugar seria meritório afiançar que propor um postulado ambiental enquanto fio organizador de um novo marco teórico, cujo mandato estaria por excelência, baseado numa hermenêutica devotada a repaginar a inteligência da relação homem-natureza e os desdobramentos dela decorrentes, enfrentou, tal como segue enfrentando, dificuldades indissociáveis da própria natureza difusa da temática homem-natureza.

Isso porque a concertação de um eixo ordenador modulado por diretivas ambientais depara-se com resistências chanceladas por heterogêneo repertório de peculiaridades.

Precisando a afirmação, conquanto que, por exemplo, o sindicalismo reflexione com um *corpo social* balizado pelo operariado industrial e o campesinato; o feminismo adote um *corpo mulher*; o mundo corporativo compreenda um *corpo empresarial*; o funcionalismo se engaste a um *corpo burocrático*; e os nacionalismos se acoplem à multitude de *corpos nacionais e/ou étnicos*.

Todavia, em contrapartida, o ecologismo está alojado tanto nestes, quanto em muitos outros “corpos”. Por extensão, em face do *caráter horizontal do ambientalismo*, assiste-se ao trânsito de profusas vertentes de análise, reflexo de estatutos diferenciados do temário ambiental.

Nessa mesma direção podemos situar a eclosão de linhas distintas de pesquisa científica, às quais se congregam contributos do imaginário cultural e também, manifestações político-ideológicas, todas usufruindo o “verde”¹⁵ enquanto denominador comum.

Mas, nada disso permitiria imputar ao ambientalismo qualquer fragilidade estrutural. Podemos asseverar, a diversidade de percepções decorre dantes de uma fragmentação *a priori* do mundo, que se corporifica em posições ciosas dos particularismos atinentes a cada parte envolvida no debate ambiental.

Logo, o que se tem é o desfecho de uma segmentação corporificada no seio do próprio dinamismo social, patenteando dessimetrias conectadas à imposição de processos de hegemonia, cujos ditames na Modernidade, sempre foram norteados de um lado, *pela resoluta devoção em unificar*, e de outro, *pela instigação da desunião em todos os níveis e escalas* (Cf. SANTOS, 1998: 35).

Nesta sequência, circunscrever um parâmetro ambiental único se torna, por definição, uma meta inviável. Ademais, saliente-se que tal pretensão não constituiria um modelo eficiente diante de uma problemática que, conforme frisamos, apresenta complexa teia de rebatimentos e interações.

Ora, exatamente por isso o propósito essencial para fazer avançar o processo científico de análise da questão ambiental reivindica conexão com o substrato social, em si mesmo, pródigo em percepções, veemências e expectativas ¹⁶, pressupondo uma tarefa coletiva, que não consente prescindir da cooperação de um conjunto diferenciado de interlocutores.

Isto posto, para que o reencontro do mundo aconteça, que seja, pois tirada de cena a taxonomia das restrições, e em sentido contrário, que a agenda científica passe a pautar o chamamento da complexidade, do que é diferente, do múltiplo e do contraditório. Não simplesmente para observá-los, mas sim, entendê-los. No final das contas, ateste-se que não há progresso, nem descoberta e tampouco inovação sem transgressão: *tudo vale* (Cf. MERLEAU-PONTY, 2012: 15-25; FEYERABEND, 2011, 1977).

Em segundo lugar, seria importante resgatar a importância nodal da dimensão do local e do regional diante das esferas do nacional e do global. Indubitavelmente a globalização formatou uma nova moldura social e cultural, disseminando padrões técnicos e culturais numa escala que não tem precedentes históricos.

Em todos os pontos do Planeta um *gosto global* passou a condicionar, por exemplo, a aquisição dos bens de consumo, o posicionamento político, as estruturas econômicas, as relações sociais, as preferências gastronômicas, de vestuário e toda a reserva imaginária atinente ao *modern lifestyle* ¹⁷.

Contudo, os dinamismos das molduras da política, do social e do cultural se dispõem a recompor singularidades que em princípio, estariam fadadas a serem tragadas pela uniformidade, tornando a pretendida homogeneidade do mundo globalizado bem menos avassaladora do que auguram seus arautos.

Nesse frígir os particularismos persistem em dar o tom para explicar os embaraços para adquirir, na Coreia do Sul, um automóvel importado; no Japão, contratar serviços de bancos internacionais; na China, assistir a um filme estrangeiro; e no mundo árabe, encontrar qualquer tipo de mercadoria procedente de Israel.

Esta resistência aos padrões globais não está restrita a um cerceamento geográfico. Ela se verifica na reinvenção do modelo cosmopolita por parte de grupos, classes e países, que a seu modo, fagocitam códigos econômicos, culturais e políticos procedentes do centro do sistema.

Esta asserção aufere materialidade quando Cuba passa a fabricar uma versão própria de refrigerantes de cola, ao mesmo tempo em que a Nigéria, se torna fornecedora de uma produção cinematográfica que atende, com base em *Nollywood*¹⁸, uma clientela cativa na África Negra.

Tal tendência igualmente se afirma nas nações do Extremo Oriente, que modelam um universo fonográfico específico, com base numa música popular asiática ouvida desde Kuala Lumpur, na Malásia, até Seul, na Coreia do Sul. Para arrematar, barreiras étnicas e religiosas reforçam a resistência ao modelo global, bloqueando a difusão de preferências consideradas “modernas” de consumo.

Com base nestas aferições, entenda-se que o conceito de *região* não permitiria agregá-lo como mero apêndice da espacialidade hegemônica. Claro está que a articulação do universo regional com as dinâmicas maiores não tem como ser esquecida e muito menos minimizada, a começar pelo magnetismo exercido pelas regiões metropolitanas.

Isto porque a metrópole, guindada ao comando dos processos de espacialização, está habilitada a desorganizar e organizar, “ao seu talante e em seu proveito, as atividades periféricas e de impor questões para o processo de desenvolvimento regional” (SANTOS, 1993: 103).

Entretanto, também pode ser notada a existência de lacunas e de uma incompletude no comando desse processo por parte dos polos investidos de papel condutor, devido, dentre outras motivações, pelo acúmulo desigual de tempos, pela inércia espacial, fricção da distância, existência de circuitos desiguais na economia, rigidez das formas espaciais e apropriações imaginárias diferenciadas que regem a implantação do artifício, admitindo que nas fímbrias de uma supremacia distante, perseverem identidades locais e regionais (SANTOS, 1978).

Em suma: os ritmos particulares estão acoplados ao que é definido como determinação geral. Por outro lado, são distintos na sua concreção particular e na apreensão cultivada pelos grupos que os vivenciam. Com efeito, ao *tempo* do que é global e nacional, insurge-se a *temporalidade* do que regional e local ¹⁹.

Nesta perspectiva, seria pertinente pautar a questão do *desenvolvimento regional*, tema invariavelmente assimilado por um autêntico senso comum que presume a planificação *econômica* como anteparo imprescindível da regionalização.

Contudo, este texto não compartilha este parecer e pelo contrário, o contesta. No fundamental, em razão de que pensar a região exclusivamente a partir do econômico pode configurar um severo reducionismo, antessala de equívocos e distorções.

Neste senso, caberia comentar a conceituação de *Aménagement du Territoire*, projeção geográfica da planificação territorial. Correspondendo, numa tradução livre do francês à *organização* ou *planificação do território*, a noção subentende diálogo com as dimensões do espaço físico e da geografia humana.

Retenha-se que este conceito, diferentemente dos parâmetros clássicos da planificação tradicional, não observa o homem enquanto um *produtor*, mas sim como um *habitante*. Mais ainda, entende o interlocutor local como coadjuvante permanente da construção de um marco conceitual regional.

Esta nota, que destoa do tecnicismo e do autoritarismo que conota muitas posturas dos gestores estatais, importa sobremaneira pelo fato de que dificilmente se obtém sucesso no concurso de uma planificação regional na hipótese desta dispensar o apoio e o consentimento da população local. Portanto, é necessário engajá-la, e não apartá-la deste processo, e isto de modo franco e cabal (Cf. ANDRADE, 1977: 28).

Nesta averbação, superando as obstruções intrínsecas ao economicismo (tal como sói acontecer na planificação *per se*), ao *Aménagement du Territoire* concerniria variegado conjunto de recortes: o levantamento das condições naturais ²⁰, as implicações histórico-geográficas, as flutuações da constelação política, a personalidade cultural, a fisionomia social e notadamente, o andamento da economia, sempre em parceria com uma multitude de variáveis (Cf. ANDRADE, 1978: 24-52).

Advém então uma súpula de posturas que cabivelmente, calçariam esta intelecção: pensar junto e não em separado; abertura para com contribuições de múltipla origem; repensar o quadro de prioridades, ampliando o elenco de atores; propor uma economia impregnada de sociedade; dignificar o que é local como agente de uma história singular.

Eis o que nos parece que necessário para um bom trabalho de construção teórica do desenvolvimento regional.

Em terceiro lugar, faria sentido ajuizar de modo mais apurado o percepcionamento das contingências de grande e de pequena escala, que se acercam do ideário ambiental no mundo contemporâneo, uma diretiva que não dispensaria apreensões quanto ao “estado da arte” ambiental do Planeta.

Nesta linha de entendimento, atente-se que a cientista política australiana Lorraine Elliott, pesquisadora da ordem ambiental global, advertiu já no final dos anos 1990, que o século XXI poderia transfigurar-se numa espécie de ponto de não retorno ambiental. Portanto, o momento exige que sejam encetadas opções justas, adequadas e corretas (Cf. ELLIOTT, 1998: 253).

Mas, a despeito desta recomendação, o conteúdo do *Panorama Ambiental Global de 2012*, preparado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), demonstra que nos últimos quarenta anos, apenas quatro dentre 90 metas ambientais consideradas essenciais observaram avanço significativo. Outros 40 objetivos avançaram mínima ou modestamente. Para piorar, 24 não apresentaram nenhum progresso.

Diante de um memorial lastreado com uma base de dados como esta, seria permitido proclamar a inoperância do famoso *ponto de mutação* prognosticado pelo físico e escritor austríaco Fritjof CAPRA (1991), que antevia alterações estruturais na relação com o meio ambiente. Todavia, malgrado a edutora pregação de Capra, as mudanças auguradas pelo autor simplesmente não aconteceram.

Mesmo noções carimbadas como reformistas, caso do desenvolvimento sustentável, uma plataforma em princípio compatível com o modelo econômico vigente, obteve retornos aquém do esperado.

Para cientificar este veredicto, basta consultar o pronunciamento à imprensa proferido pela norueguesa Gro Brundtland, *key person* do debate ambiental pelo seu desempenho na confecção do Relatório *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*, texto medular da Cúpula Rio-92.

Entronizada como “Mãe” do conceito de desenvolvimento sustentável, Brundtland em data recente anuiu que a sustentabilidade ainda aguarda por efetividade e implantação *de facto* (Cf. ÂNGELO, 2012). Destarte, admoestou que o conceito é manipulado de

forma abusiva, ao arrepio de qualquer afinidade com as intenções que embasaram a Rio-92, evento que consagrou o ideário da sustentabilidade.

No entanto, aparte a sisudez manifesta dos agravos citados, um laudo mais perspicaz desnudaria não as debilidades do ambientalismo, mas ao invés disso, as que perpassam pelos sistemas responsáveis pela crise ecológica global, veredicto que o sociólogo ambientalista mexicano Enrique LEFF sintetiza num dos aguçados pronunciamentos:

“O projeto de civilização que pretende unificar o mundo está morto [...] A partir de uma razão insustentável, a história se abre para uma ressignificação do ser a uma diversidade de modos de vida e racionalidades produtivas, fundadas nas potencialidades da natureza, nos significados da cultura e nos sentidos do tempo” (2004: 415).

Por conseguinte, se impõe repensar a relação com a natureza e a eleição de um novo horizonte teórico-metodológico, o que *a propôs*, recoloca a questão da mudança de perspectivas, que é o dado matricial de base.

Concretamente, porque não se chega à lâmpada através de sucessivos melhoramentos da iluminação à vela. Para a lâmpada acontecer, é necessário primeiramente mudar o paradigma.

Do que se deduz que o debate conceitual mantém-se como o caminho por excelência para uma mudança de rumos tornada essencial para o futuro próximo dos humanos.

Transformação que para ser legítima, solicita abertura e desprendimento para com todos os tipos de contribuição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Atualizado e ampliado por Giovanni Fornero. 4ª edição, 3ª reimpressão. México (DF): Fondo de Cultura Económica. 2010;

ALIER, Juan Martinez. *El Ecologismo de los Pobres - Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración*. Barcelona, Espanha: Icaria-Antrazyt-Flacso. Ver também tradução do original em língua castelhana por Maurício Waldman: *O Ecologismo dos Pobres* (Editora Contexto, 2006). 2007;

ALVES, José Eustáquio Diniz. *A Linguagem e as Representações da Masculinidade*. Textos para discussão da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, nº. 11. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2004;

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia, Região e Desenvolvimento: Introdução ao estudo do "Aménagement du Territoire"*. 3ª edição. Recife (PE): Editora da Universidade Federal de Pernambuco. 1977;

ÂNGELO, Cláudio. *Há abuso no uso de 'sustentabilidade', diz criadora do termo*. Artigo publicado em Folha.com. 22-03-2012, a partir de entrevista com Gro Harlem Brundtland. Disponível *on line* em: < <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1065497-ha-abuso-no-uso-de-sustentabilidade-diz-criadora-do-termo.shtml> >. Acesso: 11-06-2012. 2012;

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. São Paulo (SP): Editora Cultrix. 1991;

COLLINSON, Diané. *50 Grandes Filósofos: da Grécia Antiga ao Século XX*. Tradução do original em língua inglesa *Fifty Major Philosophers* por Maurício Waldman e Bia Costa. São Paulo (SP): Editora Contexto. 2004;

DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo (SP): Editora Atlas. 1981;

ELLIOTT, Lorraine. *The Global Politics of the Environment*. Reino Unido: Macmillan. 1998;

FEYERABEND, Paul. *A Ciência em uma Sociedade Livre*. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (UNESP). 2011;

_____. *Contra o Método - Esboço de uma Teoria Anárquica da Teoria do Conhecimento*. Rio de Janeiro (RJ): Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1977;

JUNGES, José Roque. *(Bio) Ética Ambiental*. São Leopoldo (RS): Editora UNISINOS. 2010;

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. 3ª edição. Petrópolis e Rio de Janeiro (RJ): coedição Editora Vozes/ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). 2004;

LIDDELL, Henry George et SCOTT, Robert. *A Greek-English Lexicon*. Oxford (Reino Unido): Perseus Digital Library. 1940;

MEADOWS, Dennis L. et alli. (Orgs.). *Os Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. (1968). Coleção Debates nº. 90. São Paulo (SP): Editora Perspectiva. 1973;

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O Visível e o Invisível*. Coleção Debates, nº. 40. São Paulo (SP): Editora Perspectiva. 2012;

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente: < www.pnuma.org.br/ >. Acesso: 22-07-2012;

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época*. 8ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 2000;

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico informacional*. 4ª edição. Coleção Geografia e Realidade, nº. 25. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1998;

_____. *O Horror Não Dura Eternamente: O Mundo, o Brasil & a Globalização*. São Paulo (SP): Entrevista concedida à revista Rumos, pp. 4-9. Junho 1997;

_____. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1993;

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. Texto escrito com a colaboração de Denise Elias. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1988;

_____. *Por uma Geografia Nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo (SP): coedição Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP)/ Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1978;

SOLLA PRICE, Derek de. *A Ciência desde a Babilônia*. Coleção o Homem e a Ciência, Volume 2. Belo Horizonte/São Paulo (MG/SP): Coedição Editora Itatiaia/ Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1976;

VIOLA, Eduardo et LEIS, Hector Ricardo. *Desordem Global da Biosfera e a Nova Ordem Internacional: O Papel Organizador do Ecologismo*. In: *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro (RJ): Fase/Vozes/Airi/PUC-RJ. 1973;

VOLTOLINI, Ricardo. *Tempos de transparência radical: quem se habilita?*. São Paulo (SP): revista IdeiaSocioambiental. 2009;

WALDMAN, Maurício. *Repensando o Ambientalismo na ótica do Oikos*. Paper elaborado para o 4º Seminário Anapolino de Educação Ambiental. Anápolis (GO): Serviço Social do Comércio (SESC). 2013;

_____. *Lixo: Cenários e Desafios - Abordagens básicas para entender os resíduos sólidos*. São Paulo (SP): Cortez Editora. 2010;

_____. *Meio Ambiente & Antropologia*. Série Meio Ambiente, Volume 6. São Paulo (SP): Editora SENAC. 2006;

_____. *Para Onde Vamos? Ecologia, Economia e Ecumenismo*. In: Clóvis Pinto de Castro. (Org.). *Meio Ambiente e Missão - A Responsabilidade Ecológica das Igrejas*, pp. 13-42. São Bernardo do Campo (SP): Editora da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (EDITEO). 2003;

_____. *Tempo, Modernidade e Natureza*. In: Caderno Prudentino de Geografia nº. 16, pp. 24-73. Presidente Prudente (SP): Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção de Presidente Prudente. 1995;

_____. *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*. Coleção Caminhos da Geografia. 12ª edição. São Paulo (SP): Editora Contexto. 1992.

1 Meio Ambiente: Repensando o Debate Conceitual refere-se ao Texto-base para Conferência de Abertura do *II º Simpósio de Pesquisa e Inserção Social*, organizado pelo Programa de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional (MMADRE) e realizado pelo Núcleo de Estudos Ambientais e Geoprocessamento (NEAGEO), dias 23-25 de Abril de 2014, Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), Presidente Prudente (SP). No ano de 2018, **Meio Ambiente: Repensando o Debate Conceitual** foi revisado e masterizado, incluindo cautelas de estilo, repaginação normativa e ajustes de programação inerentes ao formato PDF, iniciativa encaminhada através da **Editora Kotev** (Kotev©), com o objetivo de disponibilizar o material em acesso livre na web, permitindo consulta por intermédio de toda sorte de *gadgets* eletrônicos, inclusive aparelhos celulares. Esta edição incorpora revisão ortográfica acatando regras vigentes quanto à norma culta da língua portuguesa, em vigor desde o ano de 2009. A formatação do material, contou com a Assistência de Editoração, Pareceres Técnicos e Tratamento Digital de Imagens do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, Contato E-mail: francesco_antonio@hotmail.com, Home-page: www.harddesignweb.com.br. Anote-se que editorialmente, o texto de **Meio Ambiente: Repensando o Debate Conceitual** é um material gratuito, sendo nesta senda, vedada qualquer modalidade de reprodução comercial e também, de divulgação sem aprovação prévia da **Editora Kotev** (Kotev©). A citação de **Meio Ambiente: Repensando o Debate Conceitual** deve obrigatoriamente incorporar referências bibliográficas conforme padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *Meio Ambiente: Repensando o Debate Conceitual*. Série Meio Ambiente, Nº. 12. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018.

2 Maurício Waldman é antropólogo, jornalista, pesquisador acadêmico e professor universitário. Militante ambientalista histórico do Estado de São Paulo, Maurício Waldman somou a esta trajetória experiências institucionais na área do meio ambiente e uma carreira acadêmica diversificada, com contribuições nas vertentes da antropologia, geografia, sociologia e relações internacionais. Antigo colaborador do líder seringueiro Chico Mendes, ativista de movimentos em defesa da Represa Billings e um dos veteranos da Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA, SP), Waldman foi elencado no ano de 2003 em enquete do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) como um dos trinta ambientalistas históricos do Estado de São Paulo. Nos anos 1980 e 1990, participou no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e em várias entidades ecológicas, dentre as quais o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta de São Paulo e o Comitê de Fiscalização do Reator Nuclear do Projeto Aramar, em Iperó (SP). No plano institucional, Waldman foi Coordenador de Meio Ambiente em São Bernardo do Campo (SP) e Chefe da Coleta Seletiva de Lixo na capital paulista. Foi colunista, articulista e/ou colaborador da Agência Ecumênica de Notícias (AGEN), do jornal Diário do Grande ABC, Folha de São Paulo (Seção do Grande ABC), revista Tempo & Presença, site da Editora Cortez, boletim Linha Direta, revista Teoria & Debate, revista Ambiente Urbano, site do Prof Assessoria em Educação, site Cultura Verde,

Secretaria de Comunicação de São Bernardo do Campo, jornal O Imparcial e da revista Brasil-África Magazine. Autor de 18 livros, 22 *ebooks* e de mais de 700 artigos, textos acadêmicos e pareceres de consultoria, Waldman lançou, dentre outras obras, *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil* (Contexto, 1992) e *Antropologia & Meio Ambiente* (SENAC, 2006), primeira obra brasileira no campo da antropologia ambiental. Como coautor, assinou em parceria obras como *Meio Ambiente e Missão: A Responsabilidade Ecológica das Igrejas* (Editora da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, 2003), *Guia Ecológico Doméstico* (Editora Contexto, 2000), *A Eco-92 e a Necessidade de um Novo Projeto* (Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção de Fortaleza, 1992) e *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida* (Coedição CEDI e Editora Global, 1991). Traduziu duas obras de peso: *El Ecologismo de los Pobres - Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración* (de Joan Martínez Alier) e com a colaboração da filósofa Bia Costa, *Fifty Major Philosophers* (de Diané Collinson). Maurício Waldman é graduado em Sociologia (USP (1982), licenciado em Geografia Econômica (USP, 1983), Mestre em Antropologia (USP, 1997), Doutor em Geografia (USP, 2006), Pós Doutor em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós Doutor em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós Doutor em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015).

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br;

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>;

Biografia Wikipédia: http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman.

Email: mw@mw.pro.br

3 Considere-se que a palavra *dilema* - do grego *δί-λημμα*: *dupla proposição* - conota uma encruzilhada, cujas premissas terminais suscitam escolhas ou resultados não plenamente satisfatórios. Qual seja: demarca uma situação embaraçosa compondo respostas invariavelmente penosas, que podem gerar ganhos, mas sempre impondo perdas.

4 Para sopesar o que foi colocado: “A ciência só seria objetiva caso o sujeito pudesse sair de si mesmo e ver-se de fora” [...] “Aliás *conceito* - material básico do trabalho científico - vem etimologicamente de *concepção*, ou seja: tem pais. Assim como não há filho objetivo, não pode haver ciência objetiva” (Vide DEMO, 1981: 19-20, *grifos nossos*).

5 Léxico grego *ἔθος*, significando caráter, crenças e/ou ideais estruturantes da identidade de comunidades, nações e povos. Origem da palavra *ética*, *ἠθικός*, ou seja, *aquilo que pertence ao ethos*.

6 Note-se que *paradigma*, do grego *παράδειγμα*: padrão, modelo ou exemplo, insere no plano conceitual dois significados de base: *matriz disciplinária* e o de *crenças compartilhadas por um grupo* (ABBAGNANO, 2010: 792).

7 “Não é uma teoria nova que reformula ordenação dos fatos [...] mas é a nova ordenação dos fatos que encerra ela mesma uma nova escala de valores e obriga a

construção de uma nova teoria” (SANTOS, 1978: 157).

8 A interferência dos humanos no espaço acentuou-se particularmente a partir da Modernidade, modelando uma artificialização cada vez mais enfática do antigo meio natural, transmutado pela presença de objetos idealizados e construídos pelo homem, vinculados entre si por intermédio de sistemas. O espaço artificial que surge deste processo, formou o que tem sido denominado de tecnoesfera (*esfera técnica*) ou antropoesfera (*esfera humana*), um “ecossistema artificial” gerado pelo próprio homem e comandado apenas por ele mesmo. Para o geógrafo Milton SANTOS, a tecnoesfera configuraria um *meio técnico-científico-informacional*, agregando esforços cujo mote seria garantir fluidez e velocidade cada vez mais intensas ao *modus faciendi* moderno (1988).

9 Tradução literal do inglês *The Limits to Growth*. Outro nome do documento, *Relatório Meadows*, é referência ao pesquisador norte-americano Dennis Meadows, um dos coautores.

10 Todavia, o documento transpareceria como *conservador* no prisma de um acervo mais atualizado de informações. Em linhas gerais, o Relatório Meadows foi *pouco ousado* na delimitação dos contornos da crise que se avizinhava, que terminou por assumir feições inimagináveis para os especialistas do período no qual o texto veio à luz. Alguns exemplos: a análise do Clube de Roma nem de longe conjecturava sobre uma iminente crise hídrica ou aventava a possibilidade de conflitos internacionais pela posse da água doce; não prognosticou a expansão sem precedentes da geração de resíduos e tampouco, a escassez de sítios para a desova de quantidades extraordinárias de lixo; outra lacuna é a crise energética, cujo agigantamento foi solenemente ignorado pelos autores do documento.

11 O termo é um calco linguístico de origem alemã, significando *concepção*, *cosmovisão* ou *intuição de mundo*, podendo também ser traduzido como *visão de mundo*. Em todos estes casos se refere a um quadro de idealizações e de crenças através dos quais indivíduos, povos, grupos e etnias interpretam o mundo e com ele interagem.

12 Subscreva-se a notação de que o *antropocentrismo* (centramento na espécie humana no sentido geral) é muito mais verdadeiramente um *androcentrismo* (foco no gênero masculino), redundando numa longa tipologia de estereótipos fálicas. Recordando que o discurso é uma ordenação de mundo, anote-se a assiduidade de dimorfismos etimológicos de fundo geográfico com mote androcêntrico, tais como *florestas virgens* a serem desbravadas, ou então, o *capim novo*, designando a mulher jovem desejada. Essas e inúmeras outras expressões demonstram o quanto *a fala é dominada pelo falo*. *That is to say*: o mundo falocêntrico é, portanto falocrático (JUNGES, 2010: 33-34; ALIER, 2007, ALVES, 2004, CAPRA, 1991).

13 Expressão alemã traduzida como *Espírito do tempo* ou *Espírito de uma época*, alusão à atmosfera intelectual, cultural e de percepção do mundo referente a um período histórico específico.

14 Devemos reter que os dois termos podem sugerir identidades específicas. Nessa averbação, o *ecológico* diria respeito ao meio biótico, embebido de naturalidade ou tocado em pequena proporção pelo artifício. Quanto a *ambiental*, sem com isso prescindir do protagonismo e das sequelas da ação antropogênica, a identidade do conceito centra-se na operacionalidade dos circuitos e fluxos que energizam os dispositivos materiais da artificialidade, decantados a partir de diferentes modos e progressões no espaço geográfico. Mas, salvo as situações em que se exige explicitar a gradação histórica imiscuída à paisagem, coloquialmente as duas terminologias podem ser utilizadas indistintamente (Cf. WALDMAN, 2013 e LEFF, 2004: 223-225).

15 A visão do economista ecológico espanhol Joan Martinez Alier capta essa variável no seio das correntes do movimento ecologista. Embora seja possível identificar três “escolas” do ambientalismo - justiça ambiental, culto à vida selvagem e o evangelho da ecoeficiência - estas três correntes postulam, *vis-à-vis*, diversas convergências. Na prática, movimentos em defesa do ambiente geralmente combinam num grau variado estes três ideários, configurando um *blend* em cujo cerne uma noção mais hegemônica coexiste com aportes das demais correntes do ambientalismo (*passim* ALIER, 2007: 39).

16 Seria o caso de evocar a prédica do filósofo francês Pascal ACOT: “A ciência, não é nem ‘pura’, nem ‘aplicada’. Na sua essência, ela é atravessada pelas ideologias e marcada pelas mentalidades. Ao mesmo tempo, é tributária e geradora das técnicas. Ela é governada por instituições e intervém ao mesmo tempo em suas criações e suas transformações. E é, igualmente, tanto oriunda como inspiradora de demandas sociais” (1990: 189).

17 Entrementes, rubrique-se que este movimento é alheio à isonomia. Em especial nos espaços periféricos, não são as nações, povos e grupos que decidiram entrar na globalização, porém antes, foi esta que decidiu ingressar nestas sociedades (Cf. SANTOS: 1997: 4-5).

18 *Nollywood* (acrônimo de *Nigéria* e de *Hollywood*), perfaz hoje em dia o segundo polo cinematográfico global, ultrapassado somente por *Bollywood*, na Índia. Essas duas indústrias de entretenimento constituem estacas filmográficas cuja produção, de há muito deixou *Hollywood* para trás.

19 Aparte os contextos nos quais tempo e temporalidade são conceitualmente intercambiáveis, em outros, as terminologias remetem a dois conceitos diferentes: *tempo* implica no entendimento de uma acepção social mais geral, e *temporalidade*, diz respeito à forma como diferentes apreensões da fruição temporal coexistem e se desenvolvem no interior do espaço de uma determinada formação social (SANTOS, 1998: 45-46).

20 Sinteticamente, os pressupostos para o desenvolvimento de uma perspectiva regional repousam *primeiramente* no conhecimento do quadro ambiental da região, acompanhada num *segundo momento* pelo perfilamento de ações-chave e de uma hierarquia de urgências (Cf. ANDRADE, 1977: 28).

CONHEÇA A SÉRIE MEIO AMBIENTE



<http://mwtextos.com.br/serie-meio-ambiente/>



Os debates sobre MEIO AMBIENTE são um pilar central de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016. Também trabalhamos com temas relacionados com RELAÇÕES INTERNACIONAIS, AFRICANIDADES, CARTOGRAFIA, ANTROPOLOGIA e EDUCAÇÃO POPULAR.

Saiba mais sobre a EDITORA KOTEV. Acesse nossa página:

<http://kotev.com.br/>

Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo:

atendimento@kotev.com.br